

## POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR E CONSELHO ESCOLAR NA CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA NA INFÂNCIA

Lahana Silva de Cristo<sup>1</sup>

Milena Pelissari Maciel<sup>2</sup>

João Henrique de Oliveira Nascimento<sup>3</sup>

Eduardo Valadares da Silva<sup>4</sup>

**RESUMO:** A pesquisa propõe destacar os benefícios de conselhos escolares junto ao trabalho do bibliotecário. O objetivo é esclarecer como a cidadania infantil pode ser desenvolvida através dos conselhos escolares e da atuação do bibliotecário como agente cultural. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica acerca de um recorte intencional de produções que abordaram o tema em questão. A partir desta pesquisa desejamos incentivar uma visão diferenciada de como as instituições de ensino podem dar voz às crianças para que elas façam a diferença num futuro próximo. Apesar da existência de um cenário desanimador na educação brasileira, observaram-se possibilidades de transformações para a construção da cidadania infantil. Para tanto, é necessária uma conscientização dos educadores para que se dê voz às crianças, reconhecendo-as como cidadãs de fato, e não apenas de direito, como ficou evidenciado em práticas explicitadas nesta pesquisa.

**Palavras-chave:** Bibliotecário. Biblioteca escolar. Conselho escolar. Cidadania infantil.

### 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende levantar questões sobre a atual articulação entre os conselhos de escola e as bibliotecas escolares. O seu foco é analisar, a partir desse viés, aspectos mais amplos do conceito de cidadania, bem como da importância da sua fomentação em ambientes escolares usuais como a sala de aula e outros locais de aprendizagem, especialmente a biblioteca escolar, que se configuram como potentes espaços de ensino-aprendizagem, por meio da atuação do bibliotecário escolar.

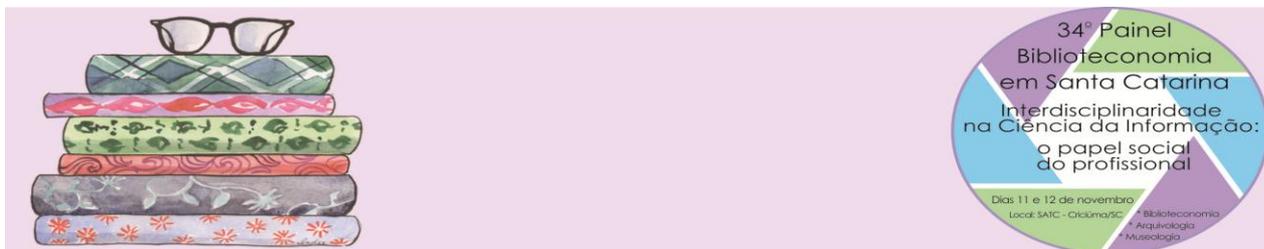
---

<sup>1</sup> Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [lahanacristo@hotmail.com](mailto:lahanacristo@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [milena.pelissari@gmail.com](mailto:milena.pelissari@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduando em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [oliveira.rique@gmail.com](mailto:oliveira.rique@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2015). Atualmente é professor assistente da Universidade Federal de Minas Gerais na Escola de Ciência da Informação; Pesquisador do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da UFMG; e Membro da Comissão de Bibliotecas Escolares do CRB 6ª Região. E-mail: [edu\\_valadares@yahoo.com.br](mailto:edu_valadares@yahoo.com.br)



Desde a infância é necessário o desenvolvimento da consciência do que significa cidadania e da necessidade de termos nossos direitos assegurados, portanto, procuramos afirmar a importância da biblioteca escolar e do bibliotecário como fundamentais e atuantes nesse contexto de formação de cidadãos conscientes que intervenham em uma sociedade melhor e colaborem com ela por meio do exercício de seus direitos e deveres de maneira ética e responsável.

Uma das missões da escola pública é constituir-se plural para proporcionar um ambiente digno e acessível a todos. Isso significa que sua função social é “[...] em todos os níveis e modalidades da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), [...] formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo.” (BRASIL, 2004, p. 19).

O conceito de cidadania deveria ser apropriado pelos sujeitos desde a infância, porém, acreditamos que não é essa a realidade do cenário nas nossas escolas, principalmente as públicas. Ainda hoje observamos fortemente uma preocupação em fazer com que as crianças aprendam conteúdos transmitidos pelos professores sem que temas como cidadania, sexualidade, música, política, ativismo social, preconceito, entre outros transversais, sejam aprofundados. Os estudantes aprendem normalmente disciplinas compartimentalizadas e, muitas vezes, são privados de aprenderem outros assuntos extremamente importantes à construção de seu intelecto e de sua visão de mundo, como as temáticas apontadas anteriormente.

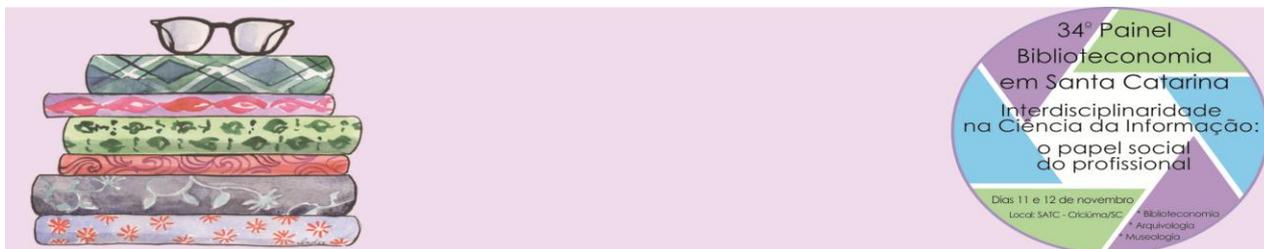
A escola e a biblioteca escolar são ambientes nos quais a criança pode entrar em contato e interagir com as bases do conhecimento que determinam a sua cidadania: o porquê de ela ser uma cidadã e quais os deveres inerentes a esse direito. Entretanto, antes de refletirmos sobre o papel da escola e da biblioteca na formação da cidadania, precisamos compreender o conceito de cidadania.

No sentido tradicional, cidadania é um conceito restrito aos significados de direitos e deveres (ARAÚJO, 2007), mas é importante ampliar nosso olhar e notar que cidadania não se restringe apenas a isso. O autor continua a explicar que

Deve-se buscar compreender a cidadania também sob outras perspectivas, por exemplo, considerando a importância que o desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas, científicas e culturais exerce na conquista de uma vida digna e saudável para todas as pessoas. (ARAÚJO, 2007. p. 11)

Melo (2013) entende que a cidadania se desempenha no campo da ação, por meio de pequenos atos, sendo fundamentada e aprimorada a partir da educação e do respeito ao próximo. Seguindo esse pensamento, a cidadania pode ser exemplificada como

[...] o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido. Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos. Por trás desse comportamento, está o respeito à coisa pública. (DIMENSTEIN, 1993, p. 13)



Sendo assim, Castro (2001) declara que cidadania para jovens e adultos deve ser questionada, já que é regida por adultos. Deve-se problematizar a noção de cidadania na infância, pois desde então, já se procura incutir na criança um forte referencial adultocêntrico. É difícil desvencilhar a noção que crianças possuem de cidadania já que suas referências vêm de adultos, porém, se estimuladas, podem sim formar seus próprios conceitos e definições acerca do tema, segundo seus olhares e referências da infância.

Esses conceitos necessitam ser despertados prematuramente em casa, no ambiente escolar, na vizinhança, nos espaços religiosos e em qualquer local frequentado por elas, pois são espaços onde as crianças que possuem características e pensamentos singulares, passam a conviver com seus pares. Os educadores (professores, pedagogos, coordenadores, bibliotecários etc.) devem ser formados para despertar nelas a compreensão desses conceitos que abarcam a cidadania.

O papel do bibliotecário escolar, precisa ter um de seus eixos profissionais voltado para educar e formar seus usuários, independentemente da idade, por meio do estímulo à leitura, das discussões de temas sociais e políticos na biblioteca e da inserção de assuntos que possam construir um pensamento mais crítico nas crianças.

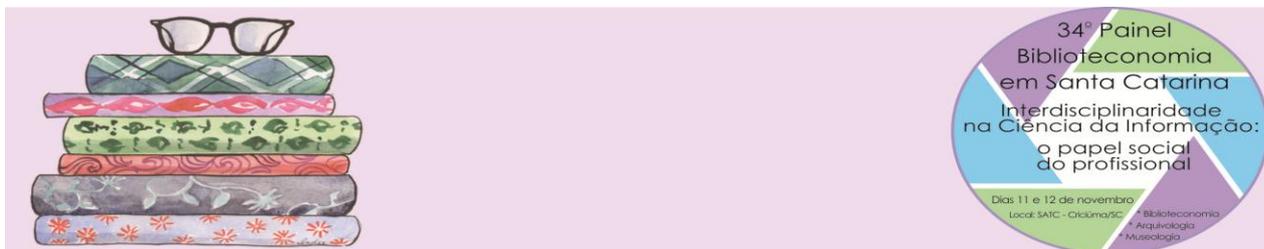
Nos currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia oferecidos no país a temática sobre a biblioteca escolar é pouco abordada. Há casos de currículos que não possuem disciplina específica acerca do assunto em questão, especificamente sobre as possibilidades do bibliotecário e biblioteca escolar atuarem no processo de formação da consciência cidadã dos estudantes durante a infância. Nesse sentido,

[...] foi um erro da Academia, colocando no currículo dos Cursos de Biblioteconomia uma maciça dose de disciplinas técnicas em detrimento das humanas e sociais. Então o bibliotecário deve, por si mesmo, buscar o que perdeu: ser um auto-didata em cultura geral. Não é possível ler todos os livros, mas ler todos que for possível – essa deveria ser a palavra de ordem dos bibliotecários interessados em adquirir e garantir um acervo de qualidade. (CALDIN, 2005, p. 165)

A questão da cultura e sua importância devem ser valorizadas durante a formação do bibliotecário. Quando isso não acontece, os profissionais se tornam despreparados para suprir a demanda informacional exigida pela unidade de informação que trabalham e esta, por consequência, abre uma importante lacuna na sua missão de potencializar a constituição de seus usuários em cidadãos críticos e reflexivos.

Visando atender aos objetivos e às reflexões propostas neste trabalho, lançamos mão de uma pesquisa bibliográfica sobre os temas biblioteca escolar e conselhos escolares. Posteriormente apresentamos possibilidades de articulação entre esses dois espaços ou instâncias de poder, de maneira que a criança possua, verdadeiramente, uma voz que seja efetivamente ouvida e atendida. Também foram pontuadas algumas características e atitudes necessárias ao bibliotecário para que possa estar ativamente vinculado aos seus fazeres na biblioteca escolar e articulado aos conselhos escolares.

No decurso do levantamento bibliográfico por nós realizado para a escrita deste trabalho, não identificamos pesquisas ou relatos de experiência que tenham abordado diretamente a possibilidade de atuação da biblioteca escolar integrada aos Conselhos Escolares visando a formação da cidadania das crianças como apresentado por nós. Contudo,



ao defendermos a perspectiva de que biblioteca e bibliotecário escolar têm responsabilidades imprescindíveis aos processos de aprendizagens das crianças, e que a participação nos Conselhos Escolares é um dos potentes instrumentos para uma formação cidadão, torna-se latente que pensemos nesse campo de trabalho e pesquisa.

## 2 OS CONSELHOS ESCOLARES

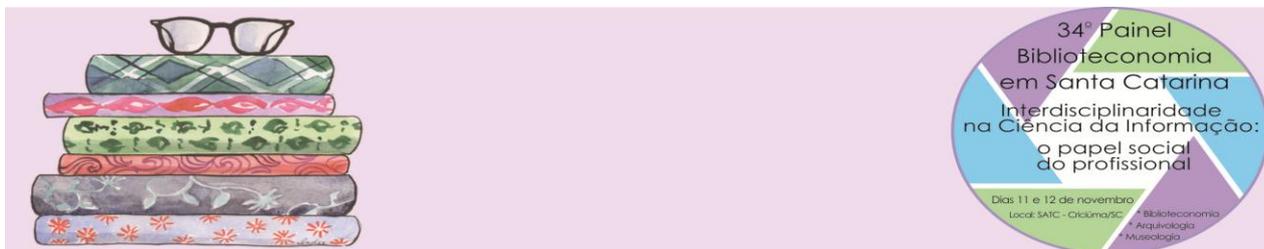
Para que o bibliotecário esteja amplamente envolvido no processo de formação de cidadãos, uma importante possibilidade a se vislumbrar é a sua participação nos Conselhos Escolares da instituição na qual atua. Os Conselhos Escolares são “[...] órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola.” (BRASIL, 2004, p. 34). O marco de criação dos Conselhos Escolares foi no final da década de 70, por meio das lutas da população em prol da redemocratização dos órgãos públicos. Nessas manifestações, a participação popular se destacou no sistema de ensino público contribuindo diretamente em alguns setores educacionais e principalmente na escola (BRASIL, 2004).

Um item importante a ser ressaltado é que a organização dos Conselhos Escolares necessita ser diversificada, pois esses órgãos representam a comunidade escolar como um todo. Isso significa que sua composição deve abranger uma diversidade de opiniões e perspectivas que contemplem as visões da direção escolar, dos professores, dos estudantes, dos funcionários, dos pais e da comunidade. Nesse sentido, os Conselhos Escolares devem ser “[...] composto por membros efetivos e seus respectivos suplentes. Os membros efetivos e suplentes são os representantes eleitos de cada segmento. Os suplentes, assim como qualquer pessoa da comunidade, podem participar de todas as reuniões, somente com direito a voz.” (BRASIL, 2004, p. 44). Essa pluralidade, que é marca importante da composição dos Conselhos Escolares, vai ao encontro dos fundamentos da cidadania que preveem uma variedade de opiniões, tendências e interesses.

De acordo com Covre (1995, p. 10), “[...] só existe cidadania se houver prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos de cidadão.” Isso significa que quanto mais precoce for o estímulo da consciência e da prática da cidadania, maior será a participação da criança, de forma crítica, em assuntos que transitam por temas que vão desde política até arte. Os Conselhos Escolares são justamente esse espaço no qual a criança pode ser ouvida e ter suas opiniões consideradas num diálogo sério entre elas mesmas e com seus pares. Todavia, a participação nos Conselhos Escolares não é garantia de que suas necessidades serão atendidas, porque além de dar voz à criança, é necessário que ela seja ouvida e atendida.

A forma como o ensino no Brasil é estruturado, fundamentado essencialmente numa perspectiva conteudista, não oportuniza o espaço necessário para a discussão e a participação do aluno em sala de aula, quiçá em instâncias decisórias, como os Conselhos Escolares. Desse modo, a criança não possui voz dentro de sala e tampouco na tomada de decisões sobre o ambiente que irá influenciar grande parte da sua forma de pensar e de lidar com a sociedade.

Apesar de o modelo considerado próximo ao ideal existir de maneira ainda tímida no cenário escolar brasileiro, é interessante que se estude e se analise as escolas que contribuem para o desenvolvimento dessa prática. Uma dessas instituições, por exemplo, é o Centro



Municipal de Educação Infantil (CMEI) Dr. Arnaldo Carnasciali, localizado em Curitiba, estado do Paraná, destacado e analisado por Amaral (2014). A cooperação da comunidade nas atividades da escola nesse espaço-tempo já era muito frequente, no entanto, a dificuldade da comunidade escolar era descobrir o que fazer para inserir ativamente a criança nessa rotina.

Assim, em 2008, surgiu a proposta do projeto “A Voz da Criança” visando transformar as decisões da administração em deliberações mais democráticas. Durante as reuniões de professores, a coordenação pedagógica sempre recomendava que os educadores valorizassem a opinião dos alunos diariamente, mas nem sempre era possível conhecer as considerações de todas as turmas da escola. Dessa maneira,

O conselho mirim preencheu bem essa lacuna. Formado por dois representantes de cada sala com crianças de 2 a 5 anos - apenas o berçário não participa -, ele se reúne a cada 15 dias para referendar as deliberações do conselho escolar e para debater outros temas. A cada encontro, os membros se revezam, para que todos participem. Na pauta, constam decisões sobre melhorias no espaço físico, a compra de materiais e a organização de eventos. Toda a programação da festa junina, por exemplo, foi montada com base nas ideias da assembleia. (AMARAL, 2014, p. 1)

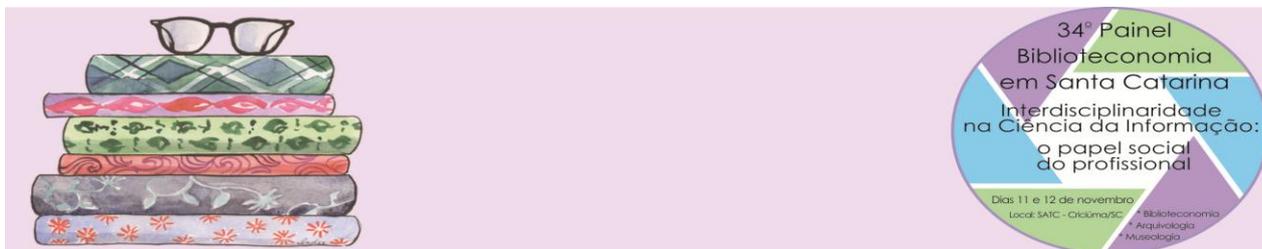
Nesse sentido, o projeto foi um grande sucesso e expandiu-se para outros 23 (vinte e três) CMEI da rede municipal de educação de Curitiba. Os resultados foram visíveis, pois o ambiente escolar foi transformado logo no primeiro ano do projeto. As crianças notaram que suas opiniões eram válidas e atendidas, dentro do possível, o que as levou a se identificarem e se sentirem representadas pela escola (AMARAL, 2014). Portanto, é na tomada de decisões e na representatividade escolar que a criança compreende a importância da democracia e da cidadania infantil desde os primeiros anos de vida.

### **3 ARTICULAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS ESCOLARES E CONSELHOS ESCOLARES**

Na visão de Perrenoud (1999), existe um paralelo entre “cabeças bem-cheias” e “cabeças bem-feitas”. O primeiro remete àquela criança que recebe passivamente muitas informações de seus professores, porém é o mínimo de todo o conteúdo recebido por elas que realmente fará algum sentido à sua vida. Já o segundo, diz respeito à qualidade do conteúdo que lhes é potencializado. Há um senso de responsabilidade sobre o que está sendo desenvolvido com a criança e não sobre a quantidade de conteúdo, que pode ser inútil para a maioria delas. Outro ponto importante é a questão da apropriação da informação: possuir uma biblioteca com acervo bem organizado e atualizado não é garantia de que ele será utilizado para a formação do conhecimento.

No cenário informacional contemporâneo, concepções centradas exclusivamente na difusão/distribuição de recursos informacionais não mais se sustentam e revelam a problemática implicada na redução dos atos de conhecer e aprender a informar-se, como se o acúmulo gradativo de informações significasse, por si só, a aquisição e geração de novos conhecimentos. (VIANA; PIERUCCINI, 2013)

Na escola, é necessário que a criança desenvolva competências para terem iniciativas, para saber tomar decisões, para conviver em grupo e não apenas ter como foco o campo



profissional. Uma escola que inclua seus alunos nas tomadas de decisões e que as tenha atuantes nos Conselhos Escolares desde as idades mais tenras, fará uma considerável diferença na vida de cada aluno, pois lhes dará mais suporte para a vida fora da escola do que uma instituição convencionalmente pode fornecer.

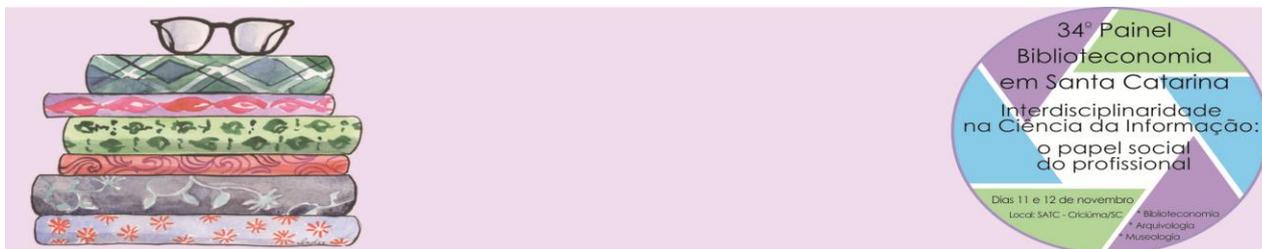
Perrenoud (1999, p. 37) comenta que as competências sociais devem ser estimuladas para dar noções de como “[...] ler, escrever, observar, comparar, calcular, antecipar, planejar, julgar, avaliar, decidir, comunicar, informar, explicar, argumentar, convencer, negociar, adaptar, imaginar [...]”, entre outros atributos que devemos disseminar entre todos os alunos nessa fase escolar. Esses atributos, em muitas escolas do nosso país, são deixados em segundo plano, pois o estudo é focado apenas em questões mercantilistas e conteudistas, no modo arcaico de ensinar as mesmas temáticas sem dar condições à criança de se desenvolver e constituir um olhar mais amplo e crítico.

Em uma escola onde não há ensino com foco no desenvolvimento de competências, Conselhos Escolares e biblioteca podem fazer a diferença, pois são espaços nos quais a criança poderá desenvolver capacidades mais voltadas para o social e desatreladas de formalidades e de limitações dos currículos escolares prescritivos. Nesses ambientes, haverá discussões sobre variados temas, nas quais os pequenos terão voz ativa e suas ideias consideradas nas tomadas de decisão e no desenvolvimento das políticas.

A escola não pode mais contentar-se em ser apenas transmissora de conhecimentos que, provavelmente, estarão defasados antes mesmo que o aluno termine sua educação formal; tem de promover oportunidades de aprendizagem que deem ao estudante condições de aprender a aprender, permitindo-lhe educar-se para a vida inteira. (CAMPELLO, 2003, p. 11)

Sendo assim, compondo a escola, está a biblioteca escolar, e sobre a qual Campello (2003, p. 11) explica que pode “reproduzir o ambiente informacional da sociedade”, possibilitando aproximar o aluno da realidade que ele poderá experimentar no seu dia a dia. Professor e bibliotecário devem planejar em conjunto essas situações de aprendizagem, desafiando e motivando os alunos, além de fazerem um acompanhamento de seu desenvolvimento com frequência, orientando-os sempre que necessário. É importante que bibliotecários e conselheiros escolares considerem a criança como sujeitos com o potencial de criação e de transformação social, sendo aqueles que interpretam e atribuem significados para o que lhes é ensinado. O processo educativo proporcionado pela escola deve ir além de “[...] decifrar o código linguístico e garantir o acesso ao livro e à informação” (CARVALHO, 2003, p. 22).

No entanto, é comum que o profissional seja “[...] visto como um elemento que executa tarefas meramente técnicas e a sua formação pedagógica, cultural e social é deixada de lado.” (AMATO; GARCIA, 1998, p. 13). Um bibliotecário escolar não deve adotar tal conduta, pois assumirá uma posição unilateral, ignorando todo o potencial que a escola e a biblioteca podem oferecer aos alunos. Sendo assim, precisamos desmitificar a ideia que o papel educacional dentro de uma escola é apenas responsabilidade de professores. Esse papel é de todos que atuam no processo educacional e o bibliotecário escolar precisa se fortalecer como um dos pilares da educação, principalmente quando está atuando no ambiente escolar.



Não se pode alienar a biblioteca do processo educativo, sem prejuízo para todos os interessados: o professor, que perde um grande aliado em termos de apoio técnico-pedagógico; o bibliotecário ou responsável, que vê seus esforços se perderem no vácuo das “impossibilidades” e, principalmente, os alunos que deixam de ter um grande instrumento de auxílio nas tarefas escolares e enriquecimento cultural na ampliação de seus horizontes e na formação de uma visão crítica. (AMATO; GARCIA, 1998, p. 14)

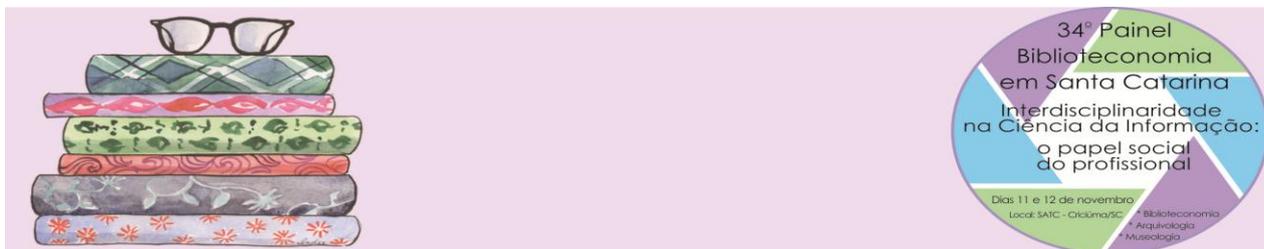
A escola precisa estar integrada a fim de gerir o melhor ambiente possível para aqueles que são a essência desse espaço: os alunos. Dessa maneira, uma questão a ser refletida na tomada de decisões que nortearão a gestão escolar é: “queremos que nossa escola desenvolva uma educação que mantenha a realidade em que vivemos ou uma educação que contribua para a transformação dessa mesma realidade?” (BRASIL, 2004, p. 21). Ao responder essa questão, os Conselhos Escolares terão um rumo a seguir. Defendemos a segunda opção, pois se aproxima de uma escola que promove uma educação emancipadora e autêntica, uma escola na qual, bibliotecário e demais educadores, bem como a comunidade escolar como um todo, inclusive as crianças, também participam ativamente dos Conselhos Escolares e das decisões por eles tomadas.

Segundo Guimarães (2002), esse é o caso da Escola Estadual (EE) “Júlia Lopes de Almeida”, localizada no município de Osasco, em São Paulo. Nela, atendendo aos pedidos dos professores, os alunos são incentivados a convidarem seus pais para participarem de reuniões que envolvem os Conselhos Escolares. A iniciativa foi bem-sucedida e o metalúrgico Donizete Ramiro, pai de três filhos matriculados nessa instituição, foi um dos candidatos e eleitores do Conselho Escolar.

Defendendo a melhoria da qualidade do ensino de forma carismática, Donizete foi um dos escolhidos. A partir daí, além de não faltar aos encontros regulares, começou a conhecer melhor o lugar em que os filhos estudam e as pessoas responsáveis pela formação deles. O interesse em participar de todo o processo foi imediato e contagiou todos os participantes. Logo descobriu-se que a instituição precisava, com urgência, reformar e reabastecer a biblioteca - obra essencial para o sucesso do recém-criado projeto de leitura. (GUIMARÃES, 2002)

Sabemos que o ensino praticado em grande parte das escolas brasileiras ainda está distante de desenvolver uma educação verdadeiramente emancipadora, mas também acreditamos que os Conselhos Escolares, combinados à biblioteca escolar, e aos educadores como um todo, são capazes de transformar esse quadro. As crianças devem ter a garantia de participar de reuniões para tomadas de decisões que, direta ou indiretamente, afete, seja em questões de estrutura física da instituição, organização de atividades extracurriculares, metodologia como são ministradas as disciplinas, pensamentos sobre a forma de avaliação dos alunos, entre outros.

Diante das questões apresentadas, a biblioteca escolar pode criar metodologias de trabalho e programações que tratem de temas referentes à cidadania, considerando o contexto da comunidade por ela atendida e as peculiaridades de cada faixa etária. Não vislumbramos neste momento, prescrever o que deve ser feito para que os objetivos por nós propostos sejam integralizados, mas sim despertar o interesse por uma nova possibilidade de atuação do bibliotecário no que diz respeito ao papel de formador social, garantindo que alunos e alunas



tenham suas vozes ouvidas e a oportunidade de serem verdadeiramente incluídos nos processos decisórios.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual em que se encontra a educação no Brasil, em vários aspectos, ainda se parece com o do início do século passado. Incentivo à leitura desarticulado dos anseios e das verdadeiras necessidades sociais, promoção da cultura colocada em segundo plano, salas de aula e bibliotecas fechadas, estruturas precárias, professores sem o devido reconhecimento e, por conseguinte, desmotivados, alunos passivos e sem participação ativa em sua própria educação e outras questões tão negativas quanto.

Os profissionais que fazem parte das equipes escolares precisam estar conscientes da importância de Conselhos Escolares com instâncias que permitam que a criança seja participante ativa de seu processo educativo, mediada por profissionais capacitados para fomentar uma cultura composta por aprendizados mais horizontalizados.

A missão do bibliotecário escolar, neste panorama, é atuar como agente cultural, configurando-se como peça fundamental dentro das escolas, seja fazendo parceria com os demais educadores, seja promovendo a cultura e o incentivo à leitura para os alunos e, inclusive, para a comunidade em geral. É por meio dessas mudanças que um novo formato de educação, gradativamente, será impresso nas gerações que estão por vir. É preciso que haja conscientização e visão dos gestores em âmbito macro, bem como daqueles profissionais que estão inseridos no contexto do dia a dia da escola.

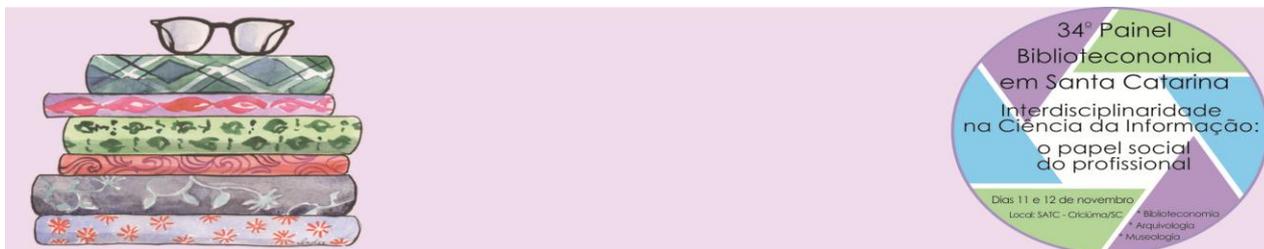
Mesmo com esse panorama, por vezes pouco promissor em nosso país, algumas iniciativas como as destacadas nessa pesquisa demonstram que existe, sim, possibilidade de melhorias e que há sujeitos interessados em mudar a forma como é gerida e vivida a educação no Brasil. Esse grupo precisa estar determinado a acolher a criança dando-lhes a atenção que lhe é de direito e a torná-la parte ativa e reconhecidamente significativa em nossa sociedade.

Apenas assim uma mudança expressiva poderá ocorrer na educação brasileira, uma mudança em que a criança, ao chegar à fase adulta, possa conhecer e exigir os seus direitos, bem como reconhecer e cumprir os seus deveres como cidadão articulado, questionador e que se posiciona diante de obstáculos. Desse modo, todos poderão ser sujeitos mais preparados e menos inseguros, uma vez que, desde a infância, construíram uma trajetória de luta para terem sua voz reconhecida.

#### REFERÊNCIAS

AMARAL, A. Com a palavra, as crianças. **Gestão Escolar**, São Paulo, ano 6, n. 32, p. 1-2, jun./jul. 2014. Disponível em: <<http://gestaoescolar.org.br/politicas-publicas/palavra-criancas-conselho-mirim-participacao-gestao-democratica-805459.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

AMATO, M.; GARCIA, N. A. R. A biblioteca na escola. In: GARCIA, E. G. (Org.). **Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento**. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 9-23. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6l1lKdfyvHwC&oi=fnd&pg=PA9&dq=bibliotec%C3%A1rio+escolar+livro&ot>>



s=FYFPZnIUcz&sig=sUl6pcXiqHvMZlyQEIZUgjhjsj8s#v=onepage&q=bibliotec%C3%A1ri  
o%20escolar%20livro&f=false>. Acesso em: 01 jul. 2015.

ARAÚJO, U. F. A educação e a construção da cidadania: eixos temáticos da ética e da democracia. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. p. 11-21. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/liv\\_etic\\_cidad.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/liv_etic_cidad.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. A função político-pedagógica do conselho escolar. In: \_\_\_\_\_. **Conselho escolar e a aprendizagem na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. p. 19-23. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad2.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. A realidade brasileira e o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. In: \_\_\_\_\_. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. p. 15-31. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselhos na gestão da educação. In: \_\_\_\_\_. **Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 14-40. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_gen.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2015.

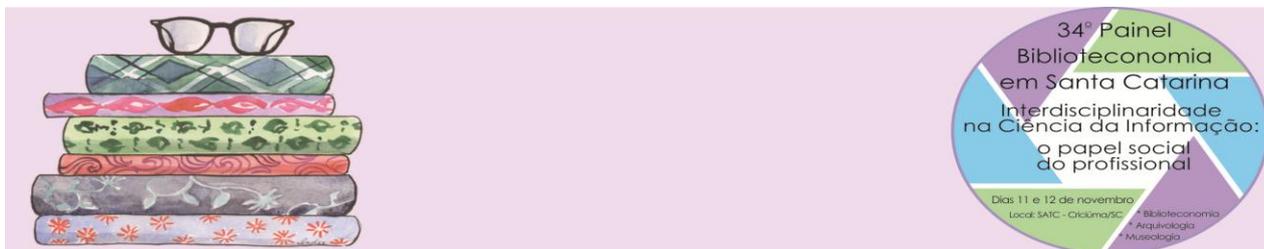
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Os conselhos escolares e a construção da proposta educativa da escola. In: \_\_\_\_\_. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. p. 33-56. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2015.

CALDIN, C. F. Reflexões acerca do papel do bibliotecário de biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 163-168, 2005. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/431/550>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

CAMPELLO, B. S. A competência informacional na educação para o século XXI. In: CAMPELLO, B. S. et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 9-11.

CARVALHO, M. da C. Escola, biblioteca e leitura. In: CAMPELLO, B. S. et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 21-23.

COVRE, M. de L. M. Primeira aproximação de cidadania. In: \_\_\_\_\_. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 7-15. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/34941070/Primeiros-Passos-O-que-e-Cidadania#scribd>>. Acesso em: 11 maio. 2015.



DIMENSTEIN, G. Cidadania. In: \_\_\_\_\_. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os**

DIREITOS Humanos no Brasil. 3. ed. São Paulo: ÁTICA; Folha Educação, 1993. p. 10-17.

GUIMARÃES, A. De portas abertas. **Nova Escola**, São Paulo, ano 17, n. 158, não paginado, dez. 2002. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/politicas-publicas/gestao-democratica/portas-abertas-425402.shtml>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

MELO, G. C. Evolução histórica do conceito de cidadania e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano 16, n. 119, não paginado, dez. 2013. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13959&revista\\_caderno=29](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13959&revista_caderno=29)>. Acesso em: 02 jul. 2016.

PERRENOUD, P. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 6-19.

PERRENOUD, P. Programas escolares e competências. In: \_\_\_\_\_. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 34-52.

VIANA, L.; PIERUCCINI, I. Políticas públicas para bibliotecas escolares: do acesso à apropriação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013. Não paginado. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4241/3364>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

## **POSSIBILITIES OF THE WORK OF SCHOOL LIBRARY AND SCHOOL BOARDS ON THE DEVELOPMENT OF THE CHILDREN'S CITIZENSHIP**

**Abstract:** The research aims to highlight the benefits of school boards with the work of the librarian. The purpose is to clarify how the children's citizenship can be developed through the school boards and the librarian's role as a cultural agent. The methodology was a bibliographical research about an intentional crop production that addressed the issue in question. From this research we wish to encourage a different view of how educational institutions can give voice to children so that they make a difference in the near future. Despite the existence of a discouraging scenario in Brazilian education, there were possibilities of transformations for the construction of children's citizenship. Therefore, an awareness of educators is needed as that they give voice to children, recognizing them as citizens, not only as subjects of law, as evidenced in practices explained in this research.

**Keywords:** Librarian. School library. School board. Children's citizenship.